



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA**

UFSC NA MÍDIA - CLIPPING



Agcom
Agência de
Comunicação
da UFSC

08 de dezembro de 2017

Notícias do Dia Capa e Especial "Suspeita de fraude"

Suspeita de fraude / UFSC / Investigação / Fundações de Apoio à Pesquisa e Extensão / Polícia Federal / Universidade Federal de Santa Catarina / Operação Torre de Marfim / Delegado / Christian Barth / TCU / Tribunal de Contas da União / CGU / Controladoria-Geral da União / Superintendente Regional / Orlando Castro / Recomendações / Licitação / Tomada de contas especial

UFSC volta a ser alvo de operação policial

Investigação envolve recursos para Fundação de Apoio à Pesquisa. **PÁGINA 3**

Editor: PAULO JORGE MARQUES
pjm@noticiasdoodia.com.br

NOTÍCIAS DO DIA
FLORIANÓPOLIS, SEXTA-FEIRA, 8 DE DEZEMBRO DE 2017

Especial.3



Policiais recolheram documentos e cumpriram mandatos de busca

Suspeita de fraude

UFSC volta a ser alvo de investigação em contratos de fundações de pesquisa e extensão

FÁBIO BISPO
fabio.bispo@noticiasdoodia.com.br

Nova operação da Polícia Federal no campus da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), na manhã de ontem, resultou no cumprimento de 20 mandados judiciais —14 de busca e apreensão e seis de condução coercitiva—, na Operação Torre de Marfim. A investigação tem como objetivo analisar contratos entre a instituição e fundações de pesquisa e extensão entre 2007 e 2017.

Nesse período, segundo o delegado Christian Barth, responsável pela operação, foram movimentados R\$ 500 milhões em contratos. A Polícia Federal informou que ainda não apurou o total desviado. Em tomada de contas especial do TCU (Tribunal de Contas da União), ex-funcionários e gestores de uma das fundações de apoio foram chamados a restituírem R\$ 20 milhões aos cofres públicos.

Esse, no entanto, não é o valor desviado. O montante total fraudado ainda está em operação. Os investigadores, junto com a CGU (Controladoria-Geral da União) e o TCU (Tribunal de Contas da União), já conseguiram detectar inicialmente que R\$ 20 milhões de um dos convênios foi fraudado com o partici-

pação de servidores da universidade e empresários. Esse caso está em operação no TCU, que determinou uma tomada de contas especial. Os envolvidos foram condenados a devolver o valor aos cofres públicos.

As investigações da Polícia Federal iniciaram em 2014, a partir de denúncias que teriam sido feitas pela própria administração da universidade. "O primeiro contrato que analisamos foi de 1986, aí começamos a verificar contratos de 2003 e 2004 e passamos a procurar se os mesmos atores continuam gerindo projetos. Verificamos que no levantamento de 2010 a 2017 um dos investigados movimentou R\$ 245 milhões de reais, outro investigado geriu R\$ 80 milhões e eles continuam recebendo recursos", informou o delegado Christian Barth.

O delegado ainda sustentou que os investigados detêm patrimônio pessoal incompatível com salário de servidor federal com dedicação exclusiva: "Tem servidores que têm patrimônio em nome próprio que chegam ao montante de R\$ 7 milhões em primeira análise, outro servidor apresentou patrimônio de R\$ 4 milhões, movimentação financeira incompatível com o que recebe em análise prévia de quebra de sigilo tributário", disse Barth.

UFSC não atendeu recomendações

O superintendente regional da CGU (Controladoria-Geral da União), Orlando Castro, informou que a investigação se trata de fatos já conhecidos da universidade, inclusive apontados em relatórios de acompanhamento do órgão de controle. "A Universidade Federal de Santa Catarina tem um histórico de quantitativo de recomendações pendentes muito grande. Atualmente, há

121 recomendações pendentes. Dessas, em 90 delas já expirou o prazo sem que a universidade demonstrasse que efetivamente cumpriu as medidas que ela mesma tinha proposto", disse durante a coletiva de imprensa na sede da Polícia Federal.

Das recomendações feitas pelo órgão de controle, 35% dizem respeito à relação entre a universidade e as fundações de apoio.

Universidade repudia ação

Por meio de nota, a universidade se manifestou afirmando que as conduções coercitivas foram conduzidas de forma "desnecessária", indicando que "não haveria resistência ou negativos em prestar todos os esclarecimentos às autoridades por parte dos envolvidos".

Sobre a informação de que as primeiras denúncias teriam partido da própria instituição, o atual gestor afirmou que "não se referem oficialmente a nenhuma ação que a atual gestão tenha praticado".

“

Verificamos que no levantamento de 2010 a 2017 um dos investigados movimentou R\$ 245 milhões de reais.”

Christian Barth, delegado da Polícia Federal

A Notícia Capa e Educação

"Contratos da UFSC são alvo de operação da PF"

Contratos da UFSC são alvo de operação da PF / Polícia Federal / Investigação / Operação Torre de Marfim / Universidade Federal de Santa Catarina / TCU / Tribunal de Contas da União / CGU / Controladoria-Geral da União / Operação Ouvidos Mucos / Ensino a Distância / Licitação / Delegado / Christian Barth / Fapeu / Fundações de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária / Professor Aposentado / José Carlos Zanini / Juíza / Janaína Cassol Machado / 1ª Vara Federal / Amir Mattar Valente / Ariovaldo Bolzan / Clarilton Edzard Davoine Cardoso Ribas / Tomada de contas especial

POLÍCIA FEDERAL

OPERAÇÃO TORRE DE MARFIM MIRA CONTRATOS DA UFSC

É a segunda vez em três meses que a universidade passa por investigações

Página 6

SEXTA-FEIRA, 8 DE DEZEMBRO DE 2017

EDUCAÇÃO

Contratos da UFSC são alvo de operação da PF

FORÇA-TAREFA CUMPRIU MANDADOS de busca e apreensão ontem no campus de Florianópolis

ANDERSON SILVA E SCHIRLEI AVES
anderson.silva@omonsoc.com.br
schirlei.aves@omonsoc.com.br

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) foi alvo pela segunda vez de uma operação da Polícia Federal em menos de três meses. Batizada de Torre de Marfim, a ação deflagrada ontem investiga supostas irregularidades em contratos das fundações de pesquisa e extensão da instituição entre 2010 e 2017. O valor que teria sido desviado ainda está sendo apurado. Em um dos convênios investigados, policiais e técnicos da Controladoria-Geral da União (CGU) e do Tribunal de Contas da União (TCU) conseguiram detectar inicialmente que R\$ 20 milhões teriam sido fraudados com a participação de servidores da universidade e empresários. Esse caso está em apuração no TCU, que determinou uma tomada de contas especial. Os envolvidos foram condenados a devolver o valor aos cofres públicos (veja mais na retranca).

Ontem, foram cumpridos seis mandados de condução coercitiva e 14 de busca e apreensão. Nenhum pedido de prisão foi feito para esta operação, que não tem relação com a Operação Mucos, ação deflagrada pela PF em setembro para apurar supostos



Policiais recolheram documentos ontem na universidade

desvios no ensino de educação a distância da UFSC.

Segundo o delegado responsável pela Torre de Marfim, Christian Barth, o esquema funcionava a partir de um grupo formado por professores ou outros funcionários da instituição que se uniam com empresários para fraudar licitações feitas por fundações ligadas à UFSC. O dinheiro repassado pelo governo federal era direcionado para pessoas previamente escolhidas.

Os contratos investigados, aponta, são referentes a serviços de turismo e hotelaria. Os investigadores encontraram indícios de contratações sem licitação prévia, pagamentos realizados a empresas pertencentes a gestores de projetos ou vinculadas a servidores da universidade ou das fundações de apoio e até mesmo valores para empresas fantasmas.

Ainda de acordo com Barth, foram identificados desvio de verbas públicas e prática de outros crimes licitatórios nos sete anos investigados.

Essa é a fase ostensiva da investigação, que iniciamos em 2014. Recebemos um relatório da reitoria da universidade naquele

ano com as possíveis irregularidades, o que nos motivou a investigar. Como os casos eram muito antigos (há casos de 1996, 2003 e 2004), direcionamos para situações mais recentes e vimos que isso (fraude) ainda ocorria - explicou o delegado em coletiva de imprensa na manhã de ontem.

A PF também detectou casos de servidores com patrimônio incompatível diante da ocupação com dedicação exclusiva na universidade. Servidores com salários médios entre R\$ 10 mil e R\$ 17 mil apresentavam bens em torno de R\$ 4 milhões e R\$ 7 milhões.

Em coletiva realizada na manhã de ontem, autoridades não citaram os nomes das seis pessoas condenadas coercitivamente ou de empresas onde houve busca e apreensão de documentos. No entanto, o secretário de Controle Externo do TCU em Florianópolis, Waldemir Paschoth, citou que um dos contratos investigados na operação englobaria um que está sob análise de tomada de contas no tribunal e que "prevê a devolução de cerca de R\$ 20 milhões".

Documento obtido pela reportagem mostra uma cópia do mandado de busca e apreensão que o Centro Tecnológico da UFSC (CTC) recebeu pela manhã. No documento, a juíza Janaína Cassol Machado, da 1ª Vara Federal, determina que a PF faça buscas

no centro de "todos os projetos que foram ou sejam coordenados pelos professores Amir Mattar Valente, Ariovaldo Bolzan, José Carlos Zanini e Clarilton Edzard Davoine Cardoso Ribas".

O mandado ainda prevê buscas na universidade de "todos os projetos que tiveram notas fiscais pagas para as empresas Metropolitan Viagens Turismo Ltda, Antinova Viagens e Turismo Ltda, RAF Internacional Cargo e Triplix Consultoria e Serviços Ltda".

Na sede da Triplix Consultoria, localizada em um prédio comercial no centro de Florianópolis, havia apenas uma senhora, que atendeu à porta e informou que policiais federais fizeram buscas no local. O proprietário José Carlos Zanini não estava no local.

CONTRAPONTO

Por meio de nota, a administração da UFSC afirma, que não houve, de parte das autoridades envolvidas, qualquer comunicado à instituição quanto à ação ou notificação formal sobre as investigações e os motivos da operação. Além disso, destaca que as acusações não se referem a nenhuma ação da atual gestão. "As conduções coercitivas de servidores mostraram-se, como as prisões e outras conduções ocorridas em setembro, desnecessárias, considerando, ao que tudo indica, que não haveria resistência ou negativas em prestar todos os esclarecimentos às autoridades por parte dos envolvidos", destaca no texto. A universidade alega que a ação afeta diretamente a comunidade universitária "sem que tenha sido respeitada a relação institucional entre os responsáveis pela operação e a UFSC".

"Reafirmamos, por fim, nossa convicção de que todo e qualquer ato que configure irregularidade deve ser rigorosamente apurado, desde que seguidos os princípios da presunção de inocência, do direito à ampla defesa e ao contraditório", conclui o texto.

Por telefone, o empresário Pedro Roberto, proprietário da RAF Internacional Cargo, explicou que não houve busca da PF na sede da empresa e que não possui contato com a UFSC há quatro anos. Pedro afirma ainda que presta serviços "esporádicos" à Fapeu, tanto para a fundação como para a universidade, a RAF prestou serviço de transporte de cargas, como equipamentos de laboratórios comprados em outros países.

Os proprietários da Metropolitan Turismo não foram encontrados

Por telefone, uma funcionária confirmou que agentes da PF realizaram buscas na sede da empresa, no Estreito, na manhã desta quinta-feira.

O sócio da empresa de nome fantasia Antinova Viagens e Turismo Ltda, Felipe Maluf, disse por telefone que sua empresa nunca teve qualquer tipo de contrato com a UFSC ou a Fapeu e que não houve buscas no escritório durante o dia. Felipe afirmou ainda que o nome da sua empresa está citado em um mandado de busca e apreensão deve ser "um engano".

A reportagem continua tentando contato com os professores e representantes das empresas citadas no mandado de busca e apreensão, além da tomada de contas do Tribunal de Contas da União.

Tribunal de Contas pede devolução de R\$ 23 milhões

HURY POTTER
hury.potter@omonsoc.com.br

Um dos contratos investigados na Torre de Marfim é referente à compra de um programa de computador para a área de saúde realizado entre a Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária (Fapeu) e a empresa de consultoria Triplix, que tem como proprietário o professor aposentado da UFSC José Carlos Zanini. A compra foi considerada irregular pelo TCU, que abriu uma tomada de contas especial que prevê a devolução de R\$ 23 milhões aos cofres públicos. Zanini seria uma das seis pessoas condenadas coercitivamente na operação da PF. Os ministros do Tribunal decidiram no processo que o con-

trato 567/2012, da Fapeu com a Triplix Consultoria e Serviços Ltda, com verba do Ministério da Saúde, foi "direto e irregular". O acórdão publicado ainda afirma que o convênio foi para "aquisição do produto denominado de Estrutura de Suporte em TI - Framework - Série T10 em valor não razoável e sem demonstração da vantagemidade de sua contratação frente aos demais produtos oferecidos no mercado".

Em 2015, o processo foi transformado em tomada de contas especial, tipo de procedimento que prevê a devolução de valores dos investigados. A decisão de contas ainda tramita no TCU e tem o professor Zanini como um dos réus. Ele também foi presidente da Fapeu entre 1986 e 1991.

Em coletiva realizada na manhã de ontem, autoridades não citaram os nomes das seis pessoas condenadas coercitivamente ou de empresas onde houve busca e apreensão de documentos. No entanto, o secretário de Controle Externo do TCU em Florianópolis, Waldemir Paschoth, citou que um dos contratos investigados na operação englobaria um que está sob análise de tomada de contas no tribunal e que "prevê a devolução de cerca de R\$ 20 milhões". Documento obtido pela reportagem mostra uma cópia do mandado de busca e apreensão que o Centro Tecnológico da UFSC (CTC) recebeu pela manhã. No documento, a juíza Janaína Cassol Machado, da 1ª Vara Federal, determina que a PF faça buscas

Diário Catarinense
Capa e Educação
"UFSC na mira da polícia pela segunda vez"

UFSC na mira da polícia pela segunda vez / Operação Torre de Marfim / Universidade Federal de Santa Catarina / Polícia Federal / TCU / Tribunal de Contas da União / CGU / Controladoria-Geral da União / Tomada de contas especial / Operação Ouvidos Moucos / Ensino a Distância / PF / Delegado / Christian Barth / Licitação / Superintendente Regional / Orlando Castro / Recomendações / Fapeu / Fundações de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária / Professor Aposentado / José Carlos Zanini / Juíza / Janaína Cassol Machado / 1ª Vara Federal / Amir Mattar Valente / Ariovaldo Bolzan / Clarilton Edzard Davoine Cardoso Ribas



SEXTA-FEIRA, 8 DE DEZEMBRO DE 2017 DIÁRIO CATARINENSE 8

EDUCAÇÃO



Agentes recolheram materiais e cumpriram mandados no campus em Florianópolis e Balneário Camboriú

UFSC NA MIRA DA POLÍCIA PELA SEGUNDA VEZ

INICIALMENTE, R\$ 20 MILHÕES teriam sido fraudados com a participação de servidores da universidade e empresários. Foram cumpridos seis mandados de condução coercitiva e 14 de busca e apreensão

ANDERSON SILVA
anderson.silva@somossc.com.br

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) foi alvo pela segunda vez de uma operação da Polícia Federal em menos de três meses. Batizada de Torre de Marfim, a ação deflagrada ontem investiga supostas irregularidades em contratos das fundações de pesquisa e extensão da instituição entre 2010 e 2017 que somam R\$ 500 milhões. Esse, no entanto, não é o valor desviado. O montante total fraudado ainda está em apuração.

Em um dos convênios investigados, policiais e técnicos da Controladoria-Geral da União (CGU) e do Tribunal de Contas da União (TCU) conseguiram detectar inicialmente que R\$ 20 milhões teriam sido fraudados com a participação de servidores da universidade e empresários. Esse caso está em apuração no TCU, que determinou uma tomada de contas especial. Os envolvidos foram condenados a devolver o valor aos cofres públicos.

Ontem, foram cumpridos seis mandados de condução coercitiva e 14 de busca e apreensão. Nenhum pedido de prisão foi feito para esta operação, que não tem relação com a Ouvidos Moucos, ação deflagrada pela PF em setembro por supostos desvios no ensino de educação a distância da UFSC.

Segundo o delegado responsável pela Torre de Marfim, Christian Barth, o esquema funcionava a partir de um grupo formado por professores ou outros funcionários da instituição que se uniam com empresários para fraudar licitações feitas por fundações ligadas à UFSC. O dinheiro repassado pelo governo federal era direcionado para pessoas previamente escolhidas.

Os contratos investigados são de serviços de turismo e hotelaria, entre outros. Os investigadores encontraram indícios de contratações sem licitação prévia, pagamentos realizados a empresas pertencentes a gestores de projetos ou vinculadas a servidores da universidade ou das fundações e até valores a empresas fantasmas.

Ainda de acordo com Barth, foram identificados desvio de verbas públicas e práticas de outros crimes licitatórios nos sete anos investigados.

Essa é a fase ostensiva da investigação, que iniciamos em 2014. Recebemos um relatório da reitoria da universidade naquele ano com as possíveis irregularidades, o que nos motivou a investigar. Como os casos eram muito antigos (há casos de 1996, 2003 e 2004), direcionamos para situações mais recentes e vimos que isso (fraude) ainda ocorria - explicou o delegado na manhã de ontem.

Numa primeira análise, a PF detectou casos de servidores com patrimônio incompatível diante da ocupação com dedicação exclusiva na universidade. Servidores com salários médios entre R\$ 16 mil e R\$ 17 mil com bens entre R\$ 4 milhões e R\$ 7 milhões.

UFSC NÃO RESPONDEIA A APONTAMENTOS DA CGU

A leniência da UFSC foi destacada pela CGU ontem. O superintendente regional do órgão, Orlando Castro, diz que há anos a controladoria acompanhava os contratos investigados pela PF.

Em cada sindicância aberta são encaminhados relatórios para a instituição. As irregularidades vêm sendo relatadas, mas até o momento não houve solução - destacou.

A UFSC, segundo informações da CGU, é a entidade recordista em recomendações para correção de irregularidades em SC, com 121 pedidos.

Mandados cumpridos em Minas Gerais e no Paraná

Além da UFSC, outra universidade federal foi alvo de operação recente da PF. Na quarta-feira, o órgão esteve na instituição de Minas Gerais (UFMG). Segundo os investigadores, foram desviados R\$ 4 milhões do projeto de construção do Memorial da Anistia Política do Brasil. Os agentes cumpriram oito mandados de condução coercitiva e 11 de busca e apreensão. Entre os conduzidos estavam o reitor e a vice-reitora da universidade.

Em fevereiro, a PF cumpriu mandados na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Foram 28 presos na ação que investiga o desvio de, pelo menos, R\$ 7,3 milhões em bolsas de pesquisa para 27 pessoas. As investigações apuraram o repasse irregular de recursos mediante pagamentos sistemáticos, fraudulentos e milionários de bolsas a inúmeras pessoas sem vínculos com a universidade no período entre 2013 e 2016, segundo a PF.



No dia 15 de setembro, reportagem mostrou a primeira vez que a Polícia Federal cumpriu mandados de prisão e buscas no campus da universidade. Posteriormente, o DC detalhou o inquérito da investigação da Ouidos Mouscos



Representantes da Controladoria Geral da União, da Polícia Federal e do Tribunal de Contas da União falaram sobre a operação

TCU pede devolução de R\$ 23 milhões

HYURY POTTER
hyury.potter@somosnsc.com.br

Um dos contratos investigados na Torre de Marfim é referente à compra de um programa de computador para a área de saúde realizado entre a Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária (Fapeu) e a empresa de consultoria Tríplice, que tem como proprietário o professor aposentado da UFSC José Carlos Zanini. O Tribunal de Contas da União abriu uma tomada de contas especial que prevê a devolução de R\$ 23 milhões aos cofres públicos.

Os ministros do Tribunal decidiram no processo que o contrato 567/2012, da Fapeu com a Tríplice Consultoria e Serviços Ltda, com verba do Ministério da Saúde, ocorreu "direto e irregular". O acórdão publicado ainda afirma que o convênio foi para "aquisição do produto denominado de Estrutura de Suporte em TI - Framework - Série T10 em valor não razoável e sem demonstração da vantajosidade

de sua contratação frente aos demais produtos oferecidos no mercado".

Em 2015, o processo foi transformado em tomada de contas especial, tipo de procedimento que prevê a possibilidade de devolução de valores pelos investigados. A decisão ainda tramita no TCU e tem o professor Zanini como um dos réus. Ele também foi presidente da Fapeu entre 1986 e 1991.

Em coletiva realizada na manhã de ontem, autoridades não citaram os nomes das seis pessoas conduzidas coercitivamente ou de empresas onde houve busca e apreensão de documentos. No entanto, o secretário de Controle Externo do TCU em Florianópolis, Waldemir Paschotto, citou que um dos contratos investigados na operação englobaria um que está sob análise de tomada de contas no tribunal e que prevê devolução.

Documento obtido pela reportagem mostra uma cópia do mandado de busca e apreensão que o Centro Tecnológico da UFSC (CTC) recebeu pela manhã.

No documento, a juíza Janaina Cassol Machado, da 1ª Vara Federal, determina que a PF faça buscas no centro de "todos os projetos que foram ou sejam coordenados pelos professores Amir Mattar Valente, Ariovaldo Bolzan, José Carlos Zanini e Clarilton Edzard Davoine Cardoso Ribas".

REALIZADAS BUSCAS EM EMPRESAS

O mandado ainda prevê buscas na universidade de "todos os projetos que tiveram notas fiscais pagas para as empresas Metropolitana Viagens Turismo Ltda, Atitude Viagens e Turismo Ltda, RAF Internacional Cargo e Tríplice Consultoria e Serviços Ltda". Na sede da Tríplice Consultoria, localizada em um prédio comercial no centro de Florianópolis, havia apenas uma senhora, que atendeu à porta e informou que policiais federais fizeram buscas no local. O proprietário José Carlos Zanini não estava no local.

CONTRAPONTO

Por meio de nota, a administração da **UFSC** afirma que não houve, de parte das autoridades envolvidas, qualquer comunicado à instituição quanto à ação ou notificação formal sobre as investigações e os motivos da operação. Além disso, destaca que as acusações não se referem a nenhuma ação da atual gestão. "As conduções coercitivas de servidores mostraram-se, como as prisões e outras conduções ocorridas em setembro, desnecessárias, considerando, ao que tudo indica, que não haveria resistência ou negativas em prestar todos os esclarecimentos às autoridades por parte dos envolvidos", destaca no texto. A universidade alega que a ação afeta diretamente a comunidade universitária "sem que tenha sido respeitada a relação institucional entre os responsáveis pela operação e a UFSC". "Reafirmamos, por fim, nossa convicção de que todo e qualquer ato que configure irregularidade deva ser rigorosamente apurado, desde que seguidos os princípios da presunção de inocência, do direito à ampla defesa e ao contraditório", conclui o texto.

Por telefone, o empresário Pedro Roberto, proprietário da **RAF Internacional Cargo**, explicou que não houve busca da PF na sede da empresa e que não possui contrato com a UFSC há quatro anos. Pedro afirma ainda que presta serviços "esporádicos" à Fapeu. Tanto para a fundação como para a universidade, a RAF prestou serviço de transporte de cargas, como equipamentos de laboratórios comprados em outros países.

Os proprietários da **Metropolitana Turismo** não foram encontrados. Por telefone, uma funcionária confirmou que agentes da PF realizaram buscas na sede da empresa, no Estreito, na manhã de ontem.

O sócio da empresa de nome fantasia **Atitude Viagens e Turismo Ltda**, Felipe Maluf, afirmou que sua empresa não tem qualquer tipo de contrato com a UFSC ou a Fapeu e que não houve buscas no escritório durante o dia. Felipe afirmou ainda que o nome da sua empresa está citando em um mandado de busca e apreensão deve ser "um engano".

O DC esteve na sede da Tríplice Consultoria, mas o proprietário **José Carlos Zanini** não estava no local.

A reportagem não localizou os quatro professores e representantes das empresas citadas no mandado de busca e apreensão, além da tomada de contas do Tribunal Contas da União.

Diário Catarinense
Cacau Menezes
"Coisa antiga"

Coisa antiga / Operação Torre de Marfim / Polícia Federal / Fraudes /
Desvios / Fapeu / Feesc / UFSC



Diário Catarinense
Rafael Martini
"Números altos"

Números altos / Operação Torre de Marfim / Operação Ouvidos Moucos / PF
/ UFSC



Diário Catarinense e A Notícia
Moacir Pereira
"Investigação"

Investigação / OAB / Prisão / Morte / Investigações / Luiz Carlos Cancellier de Olivo / Abuso de autoridade



Notícias veiculadas em meios impressos, convertidas para o formato digital, com informações e opiniões de responsabilidade dos veículos.

CLIPPING DIGITAL

[UFSC é recordista em recomendações para correção de irregularidades](#)

[Dia da Justiça será lembrado nesta sexta-feira em todo o país](#)

[Sociedades Associadas apoiam Manifesto da SBPC sobre os acontecimentos na UFMG](#)

[Manifestação da SBPC contra a condução coercitiva de gestores da UFMG](#)

[Reconhecimento na Câmara de Vereadores](#)

Barbárie

UFSC é a segunda universidade brasileira com mais pedidos de ajustes da CGU

Vestibular UFSC 2018: Provas começam neste sábado em SC

Festa do Divino Espírito Santo de Florianópolis deve virar patrimônio cultural de SC

Irregularidades em fundações de apoio da UFSC: Cacau falava há nove anos

Vestibular da UFSC está confirmado com 31.301 inscritos

UFSC emite nota sobre a operação Torre de Marfim

UFSC é segunda universidade que mais recebe recomendações para correção de irregularidades

Entenda a operação que investiga desvios de verba em fundações de apoio da UFSC

PF faz operação contra desvios de verba em fundações de apoio da UFSC